ECONOMIA SOLIDÁRIA: a experiência do Banco Comunitário Jardim Botânico em João Pessoa - PB

SILVA FILHO, Jomar Andrade ¹ RAMALHO, Rosângela Palhano²

RESUMO

A Economia Solidária é descrita como uma nova forma de pensar a atividade econômica, valorizando o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade produtiva. Seus princípios são: a autogestão, a solidariedade, a cooperação e o respeito à natureza. Sob a forma dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), surgiu no Brasil como uma alternativa na geração de renda e no desenvolvimento de comunidades em situação de vulnerabilidade social. Iniciativas como o Banco Comunitário Jardim Botânico na cidade de João Pessoa/PB se difundiram pelo Brasil nos últimos anos em razão, principalmente, de políticas de incentivo à economia solidária. O presente trabalho descreve a experiência do Banco Comunitário Jardim Botânico, o seu processo de implantação e consolidação na comunidade, bem como faz um breve estudo sobre a economia solidária e seu surgimento. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e o relato de caso. O processo de implantação do Banco Comunitário Jardim Botânico, contou com a atuação de incubadoras de empreendimentos solidários, gestores públicos e da própria comunidade. O trabalho ressalta o papel fundamental dos agentes da comunidade para o desenvolvimento e a consolidação do projeto.

Palavras chave: Economia. Economia solidária. Bancos comunitários.

ABSTRACT

Solidarity Economy is described as a new way of thinking about economic activity, valuing the human being in its entirety, as subject and purpose of economic activity. Its principles are: self-management, solidarity, cooperation and respect for nature. In the form of Economic Solidarity Projects (EES), it emerged in Brazil as an alternative in the generation of income and in the development of communities in situations of social vulnerability. Initiatives such as the Jardim Botânico Bank in the city of João Pessoa / PB have spread through Brazil in recent years mainly because of policies to encourage solidarity economy. This paper describes the experience of the Jardim Botânico Bank, its process of implementation and consolidation in the community, as well as a brief study about the Solidarity Economy and its emergence. The methodology used was the bibliographic review and the case report. The implementation process of the Banco Comunitário Jardim Botânico was supported by incubators of joint ventures, public managers and the community itself. The work emphasizes that the constant participation of community agents played a fundamental role in the development and consolidation of the project.

Keywords: Economy. Solidarity economy. Community banks.

_

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: jomarandradefilho@gmail.com

² Docente do curso de Ciências econômicas na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rospalhano@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária, sob a forma dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), compreende uma forma de organização da produção centrada na valorização do ser humano, tendo como princípios a autogestão, a democracia, a solidariedade, a cooperação, o respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.

As origens da economia solidária datam o século XIX. Inicialmente identificada como cooperativismo, ela se desenvolveu como uma resposta ao empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Mais tarde, no século XX, tomou forma na economia brasileira e se solidificou, quando nas décadas de 80 e 90 teve grande expansão, devido à crise de desemprego em massa.

O fenômeno de crescimento da desigualdade social, de desemprego generalizado e marginalização das sociedades é descrito por Karl Marx em sua Lei Geral da Acumulação Capitalista. Segundo Marx, o processo contínuo de acumulação de capital se desenvolve como lei do próprio sistema capitalista, e ocasiona o emprego de uma fração cada vez menor de trabalhadores, excluindo uma parcela da sociedade da atividade produtiva.

Os EES tem sido não só um mecanismo de geração de emprego e renda, mas também um instrumento de transformação social. Comunidades que sofrem com o empobrecimento, marginalização e exclusão têm visto na economia solidária uma estratégia para o desenvolvimento e a organização social.

Dentro do campo de atuação da economia solidária tem ganhado destaque as atividades ligadas às finanças solidárias, como as experiências de cooperativas de crédito, fundos rotativos solidários, bancos comunitários de desenvolvimento, entre outros.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral descrever a experiência do Banco Comunitário Jardim Botânico, localizado na comunidade São Rafael em João Pessoa – PB. Os objetivos específicos delimitam-se a discutir os conceitos teóricos de economia solidária, bem como o seu processo de surgimento e inserção na economia brasileira.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e um estudo de caso. A revisão consistiu da pesquisa em publicações científicas, livros e anais de congressos. Já o estudo de caso foi executado por meio de observação direta e coleta de informações.

2 O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Há diferentes entendimentos sobre o conceito de economia solidária, mas todos perpassam pelo raciocínio de que se trata de uma forma de organização da produção centrada na valorização do ser humano, tendo como princípios a autogestão, a democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.

Ela tem se apresentado como uma alternativa inovadora na geração de trabalho, renda e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO,2015).

Segundo Paul Singer (2002) a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associativa do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

Os EES tem sido não só um mecanismo de geração de emprego e renda, mas também um instrumento de transformação social para comunidades que sofrem com o empobrecimento, marginalização e exclusão social.

A literatura atual ratifica a ideia de que esses empreendimentos de caráter alternativo promovem uma ruptura nas relações de produção capitalista, pois representam um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas.

2.1 A ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como explicita Singer (2002), as origens do movimento da Economia Solidária remontam ao século XIX, ainda que nessa época não fosse concebida sob tal denominação. As primeiras experiências, as quais se concretizaram na forma de cooperativas, foram inseridas pelos socialistas utópicos e libertários, como Robert Owen, Saint-Simon, Louis Blanc, Fourier e Proudhon. Neste contexto, o cooperativismo surgiu como uma resposta ao espantoso empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. O pensamento desses autores visava à emancipação dos trabalhadores e a construção de um novo modelo de vida, com a proposta de formas alternativas de produção.

O cooperativismo do século XIX se pautou numa proposta autogestionária, na qual não haveria divisão do trabalho e, conseqüentemente, a separação entre o trabalho intelectual e o manual: todos seriam donos dos meios de produção e as decisões seriam tomadas de maneira coletiva. Contudo, o avanço do novo modo de estruturação foi visto como uma ameaça às elites, e, a

partir de 1848, uma forte oposição e ataques de diversos governos da época levaram as cooperativas a destituírem qualquer proposta política de contraponto à lógica do capital, convertendo-se em instituições apenas focadas na produção e geração de renda (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

As cooperativas, no início do século XX, tomaram forma, principalmente, de consumo e agrícolas, sendo que estas últimas tiveram maior desenvolvimento, já que as de consumo acabaram, anos mais tarde, sendo compradas por mercados de grande porte. Todavia, é necessário salientar que essas iniciativas, ainda que cooperativistas, poucas vezes praticaram a autogestão (SINGER, 2002).

Apesar de que o cooperativismo tenha enfrentado dificuldades ao longo de todo o século XX, mostrou-se capaz de resistir e de se firmar. Entretanto, alguns dos princípios originais dessa modalidade organizacional sofreram alterações e muitas vezes fizeram com que esses empreendimentos passassem a ter um perfil muito próximo das empresas capitalistas tradicionais.

2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No final do século XX, como resposta à crise do emprego e amparada nos ideais fundamentais do cooperativismo de autogestão surgiu no Brasil o movimento da economia solidária, como atesta Singer (2002, p. 65):

A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu inicio em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990.

Os empreendimentos de economia solidária no Brasil foram se organizando por meio de várias frentes e estímulos, como vinculados a universidades em Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), assim como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que se estruturaram de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos.

Tais iniciativas de fomento, implantadas a partir da segunda metade da década de 90, proporcionaram um aumento considerável do número de empreendimentos econômicos solidários, como atesta o gráfico 1 :

70 65,1 60 50 40 27,3 30 20 10 5.9 0.8 0,3 0,6 0 NS/NR Até 1970 Década de 1970 Década de 1980 Década de 1990 Anos 2000 (até 2013)

Gráfico 1: Distribuição dos EES por data de fundação

Fonte: Silva; Carneiro, 2014.

Segundo mapeamento realizado entre 2009 e 2013 pelo SENAES, em parceria com o FBES, foram identificados 19.708 empreendimentos, distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros. Do total de empreendimentos, a grande maioria (65,1%) foi fundada durante os anos 2000 e outra parcela significativa (27,3%) foram fundados durante a década de 1990.

3 A COMUNIDADE SÃO RAFAEL

A comunidade São Rafael é uma comunidade localizada na cidade de João Pessoa-PB, entre a BR 230 e o rio Jaguaribe, próxima à Universidade Federal da Paraíba. Com população aproximada de 1430 pessoas, a comunidade surgiu da ocupação ilegal de terrenos por trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

O terreno da comunidade situa-se sob uma área de barreira/encosta, e periodicamente ocorrem inundações, deslizamentos e desabamentos, sendo necessária ajuda do governo no processo de reconstrução das moradias.

A comunidade é vítima do estigma de reduto de violência, criminalidade e tráfico de drogas que recai sobre a comunidade, aumentando o quadro de marginalização e exclusão social.

Segundo dados de abril de 2013, fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de João Pessoa (SMS/PMJP), 692 moradores são do sexo masculino e 738 do feminino. Existem 227 moradores, entre 07 e 14 anos, que frequentam a escola, o que significa 89,72% do total desta faixa etária. Moradores acima de 15 anos e que são alfabetizados

correspondem a um número total de 863 pessoas, ou seja, 84,61% do total da faixa etária mencionada.

Conforme a pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde, 135 famílias declararam que são contempladas no Programa Bolsa Família, o que significa 31,84% das famílias da comunidade.

3.1 O BANCO COMUNITÁRIO JARDIM BOTÂNICO

O Banco comunitário Jardim Botânico surge a partir da experiência do Banco Palmas, no conjunto Palmeira na cidade de Fortaleza estado do Ceará. O Banco Palmas foi o primeiro banco comunitário do Brasil, e serve hoje de referência exitosa para as demais experiências no país.

O processo de implantação do Banco Comunitário Jardim Botânico na comunidade São Rafael foi assessorado pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Sarah (2013) ressalta que a criação do banco comunitário na comunidade não advém de uma demanda identificada pela própria comunidade. Surgiu da proposição, ou até da "provocação" da INCUBES, que já mantinha relação com a comunidade São Rafael desde 2005.

Em janeiro de 2012 a ITES, que detinha conhecimento técnico sobre bancos comunitários e adquirira recursos financeiros e humanos advindos da política de fomento e apoio às finanças solidárias executada pela SENAES/MTE, passou a acompanhar a comunidade São Rafael no processo de implantação do banco.

3.1.1 A METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO DO BANCO

A metodologia criada a partir da experiência do Banco Palmas é totalmente flexível e deve ser adaptada a especificidade de cada comunidade.

A cronologia dos processos de implantação do banco Jardim botânico pode ser descrita resumidamente da seguinte maneira: 1) Realização de seminários de sensibilização na comunidade; 2) Eleição do conselho gestor do banco formado por moradores e lideranças locais; 3) Procedimento educativo; 4) Oficina de planejamento onde foram delimitadas as formas de gestão do banco; 5) Treinamento da equipe; 6) Mapeamento da produção e consumo locais.

3.1.3 A MOEDA SOCIAL E A IDENTIDADE DO BANCO

O processo de definição dos nomes e da identidade visual do banco e também da moeda social foram realizados em conjunto com a comunidade local, por meio de concursos. Tal medida visou fazer emergir os aspectos que caracterizam a comunidade, que destacam a especificidade do território e impulsionam a construção da memória e da identidade coletiva.

Os nomes "Jardim botânico" e "orquídea" foram definidos pelos moradores, e inspirados no Jardim Botânico, popularmente conhecido como Mata do Buraquinho, que é uma reserva de mata atlântica ao lado da comunidade São Rafael.

Os desenhos que estampam as moedas foram escolhidos pela comunidade e representam lugares ou pessoas de grande apreço, como o jardim comunitário e o poço amazonas (Ver Anexo I).

Uma curiosidade que vale ressaltar é que a moeda social orquídea foi confeccionada pelo Banco Central do Brasil e atende a diversos critérios de segurança como impressão em alto relevo, numeração de cada nota e código de barras.

3.1.2 O FUNCIONAMENTO

O banco conta atualmente com dois agentes de crédito. Eles são responsáveis por apresentar a moeda social para os comerciantes locais e também exercem funções administrativas.

O principal serviço oferecido pelo banco é o micro-crédito (sem cobrança de juros) para moradores da comunidade. O limite de crédito é de 100 orquídeas, que poderão ser gastas em estabelecimentos da comunidade que aceitem a moeda social.

A renda do banco surge da própria circulação da moeda na comunidade: O morador interessado em pedir um empréstimo deve comparecer ao banco, e sob determinadas condições, pode ter seu empréstimo concedido. A moeda social gasta com o consumo do morador passa às mãos do comerciante, e este, ao retornar ao banco para reconverter a moeda em reais, paga uma taxa de 1%, que é descontada do valor que recebe.

3.1.4 O BANCO COMUNITÁRIO JARDIM BOTÂNICO HOJE

No decorrer dos anos, diversas ações foram implementadas para dar visibilidade ao banco como a distribuição de folders informativos e de cartazes para identificar os estabelecimentos conveniados ao banco. Hoje sabe-se que pelo menos 12 estabelecimentos comerciais aceitam a moeda social orquídea na comunidade São Rafael.

No ano de 2016 foi implantada no banco a ferramenta do "e-dinheiro", um aplicativo de celular para controle das finanças pessoais com a moeda social orquídea. Nele são realizadas transações como recarga de celular e pagamento de contas. A introdução desse serviço teve grande adesão entre os moradores, visto que a comunidade não possui estabelecimento lotérico, e que os moradores eram obrigados a deslocar-se para a UFPB para realizar pagamentos de contas.

À época da inauguração o valor do fundo usado como lastro para orquídea era de R\$585,30 hoje o banco conta com fundo em torno de R\$5.500.

Embora o Banco Jardim Botânico não tenha causado grande impacto econômico direto na comunidade São Rafael, é consenso entre os moradores que a implantação do banco contribuiu para que a comunidade ganhasse visibilidade nacional, possibilitando o surgimento de parcerias e investimentos para as instituições vinculadas ao banco na comunidade, como a Entidade Beneficente Evangélica (EBE) e o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), que impulsionaram os processos educativos no território;

Alguns moradores, quando questionados sobre o banco, ainda apresentam certa postura de resistência, relatam que a moeda social "não serve para nada". Tal postura identifica a não adesão de alguns moradores e comerciantes ao projeto do banco comunitário e ao mesmo tempo expõe o potencial de crescimento que ele ainda tem dentro da comunidade.

4 CONCLUSÃO

A economia solidária surgiu e se expandiu no Brasil a partir da década de 1980, como alternativa à crise de desemprego em massa. O Banco comunitário Jardim Botânico é um representante legítimo desse processo, na qual comunidades em situação de vulnerabilidade social viram na economia solidária uma alternativa à geração de emprego e renda bem como um instrumento de desenvolvimento social.

A ideia do Banco Jardim Botânico só foi possível através das parcerias com incubadoras de economia solidária, gestores públicos e da atuação da própria comunidade. Aspectos como o tempo de atuação no território e composição da equipe com moradores da comunidade São Rafael estruturaram um vínculo com a comunidade que facilitou o levantamento das condições necessárias e favoráveis para a instalação do banco, tais como o engajamento de membros e organizações com ações no território interessados em assumirem o projeto do banco.

Lucena (2013) destaca que a trajetória de processos educativos, mobilização e organização comunitária da comunidade São Rafael, facilitaram a construção coletiva de interesses e compromissos dos atores locais identificados com a tecnologia social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária**. 2015. Disponível em: < http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Acesso: 21 jan. de 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Projeto SIES. 2016. . Disponível em: http://sies.ecosol.org.br/. Acesso: 21 jan. de 2017.

FRANÇA F.; LAVILLE J. **A economia solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

JOÃO PESSOA. Centro Popular de Cultura e Comunicação. **Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico**. 2010.Disponível

em: http://cpcc.webnode.com.br/bcd-jardim-bot%c3%a2nico/bc

LUCENA, S. A. de. **A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento:** um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Organização Aprendentes) — Universidade Federal da Paraíba, São Paulo, 2013. Disponível em:< http://docplayer.com.br/34543923-A-implantacao-de-um-banco-comunitario-de-desenvolvimento-um-estudo-de-caso-sobre-o-processo-organizativo-comunitario.html>. Acesso: 15 jan. de 2017.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de trabalho – conjuntura e análise**, n. 57, Ipea, 2014. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57_econ02.>. Acesso: 8 fev. de 2017.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



Figura 1: Moeda social – orquídea.

Fonte: João Pessoa, 2010.



Figura 2: Sede do Banco Comunitário Jardim Botânico

Fonte: João Pessoa, 2010.

Figura 3: Cartaz informativo e-dinheiro.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.